

Termo de Referência 17/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2024	154773-IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	ANA PAULA VAZ ALBANO	20/08/2024 15:55 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23495.000617.2024-91

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIASUL-RIO-GRANDENSE

CÂMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

(Processo Administrativo nº 23495.000617.2024-91)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço público de abastecimento de água e coleta de esgoto, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO MÊS	VALOR TOTAL ESTIMADO ANO
1	Contratação de serviço público de abastecimento de água e coleta de esgoto para o IFSul Câmpus Santana do Livramento. Fornecedor Exclusivo: DAE - Departamento de Água e Esgotos de Santana do Livramento CNPJ sob nº 96.041.330/0001-02	22845	mês	indeterminado	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00

1.

1.2. O prazo de vigência da contratação é por tempo indeterminado, comprovando a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, na forma do artigo 1095 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. será mantido o Regulamento da Prestação do Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário aprovado pela Portaria nº 016/2019, datado de 15 de janeiro de 2020 e vigorará por período indeterminado, desde que respeitados os requisitos do artigo 109 da Lei 14.133 de 2021.

5.1.2. a PRESTADORA deverá cumprir com as obrigações estabelecidas no Regulamento da Prestação do Serviço Público e nas legislações pertinentes;

5.1.3. a PRESTADORA deverá garantir a manutenção dos níveis de qualidade da água fornecida ao USUÁRIO dentro das especificações técnicas recomendadas;

5.1.4. as tarifas cobradas pela PRESTADORA serão revisadas e reajustadas na forma prevista na Lei nº 11.445/2017, no Decreto Federal nº 7.217/2010, na Lei Municipal nº 7.438/2018 e na legislação posterior que vier a substituí-la ou regulamentá-la;

5.1.5. a fatura deverá ser entregue ao USUÁRIO mensalmente.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados ao Institui Federal Sul-rio-grandense Câmpus Santana do Livramento , localizado na Rua Paul Harris, 410, bairro Fortin, na cidade de Santana do Livramento, CEP 97.574-36.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3. A demanda do órgão tem como base a estimativa de consumo dos últimos 12 (doze) meses.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.12. Neste caso não se aplica a fiscalização administrativa, tão pouco a figura do fiscal administrativo.

Gestor do Contrato

6.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03.(três) dias úteis, pelo fiscal técnico, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor contratual designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.3. Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado implicará na aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor nominal, na incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados 'pro rata die', e atualização monetária com base na variação do IPCA, de acordo com a legislação pertinente.

Forma de pagamento

7.19. A Contratante pagará à Distribuidora, mensalmente, o Faturamento de Energia, considerando-se as Tarifas de Energia - TE do Subgrupo, conforme definido nas CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, definidas pela ANEEL, em Resolução Homologatória específica.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Cessão de crédito

7.21. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.22.. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.23. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8. Forma e critérios de seleção e regime**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO****Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Tendo em vista que, o DAE - Departamento de Água e Esgotos de Santana do Livramento é fornecedor exclusivo do serviço público de abastecimento de água e coleta de esgoto no município de Santana do Livramento/RS, desta forma, não se faz necessário estabelecer critérios de seleção do fornecedor.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 180.000,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado anual da contratação é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), conforme custos estimados na média de consumo dos últimos 12 (doze) meses.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26436/154773

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 12363511220RL0043

IV) Elemento de Despesa: 339039

V) Plano Interno: L20RLP0114N

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA PAULA VAZ ALBANO

Chefe de Departamento de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 20/08/2024 às 15:55:16.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice I ao Termo de Referencia - Estudo Tecnico Preliminar n 15_2024.pdf (10.55 MB)

**Anexo I - Apendice I ao Termo de Referencia - Estudo
Tecnico Preliminar n 15_2024.pdf**

Estudo Técnico Preliminar 15/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23495.000617.2024-91

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de serviço público de abastecimento de água e coleta de esgoto para o IFSul Câmpus Santana do Livramento, em atendimento ao artigo 5º da Portaria SEGES/MGI Nº 1.769/2023.

Art. 5º Os contratos celebrados com vigência por prazo indeterminado, como os serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024, e providenciadas as novas contratações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Administração e Planejamento - SL-DEAP	Ana Paula Vaz Albano

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O contrato de serviço público de abastecimento de água e coleta de esgoto., fornecido pelo Departamento de Água e Esgotos do Município de Santana do Livramento, em conformidade com o Art. 5º do Decreto-Lei nº 47/69, terá como usuário o Instituto Federal Sul-rio-grandense Câmpus Santana do Livramento.

4.2 De acordo com o Art. 109 da Lei nº 14.133/2021, vigorará por período indeterminado.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Considerando o Decreto Lei nº 23, de 23 de setembro de 1969, que criou o Departamento de Água e Esgoto (DAE), como entidade autárquica municipal, com sede e foro na cidade de Santana do Livramento, competido-lhe com EXCLUSIVIDADE, operar, manter, conservar e explorar, diretamente, os serviços de água potável e de esgotos sanitários, configurndo-se assim, a inviabilidade de competição; tendo assim, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO como a única forma de contratação, a qual se encontra amparada legalmente pelo art. 74 inciso I, da Lei nº 14.133 de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 O Institui Federal Sul-rio-grandense Câmpus Santana do Livramento , localizado na Rua Paul Harris, 410, bairro Fortin, na cidade de Santana do Livramento, CEP 97.574-36, denominado usuário do serviço público fornecido pelo Departamento de Água e Esgotos (DAE), a qual deverá prestar os serviços de forma contínua e ininterrupta no local mencionado.

6.2 O PRESTADOR deverá garantir a manutenção dos níveis de qualidade da água fornecida ao usuário dentro das especificações técnicas recomendadas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, ininterruptamente, por prazo indeterminado, com leitura mensal do hidrômetro e fornecimento de fatura mensal ao usuário, constante do consumo do mês e seu respectivo valor. Sendo que, o valor médio, mensal, estimado para da contratação é R\$ 3.000,00 (três mil reais), tendo como base o consumo médio do ano de 2023, com a devida margem de segurança.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 12.000,00

8.1 Considerando que a contratação que se pretende realizar está consoante com o artigo 109 da Lei nº 14.133, de 2021, por prazo indeterminado, com a comprovação a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários, deu-se com base no valor médio de consumo do exercício 2023, com a devida margem de segurança, ou seja, estimado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Consumo do Ano de 2023

Mês	Leitura	Valor Bruto
jan/23	14/2/2023	R\$ 1.513,72
fev/23	14/03/23	R\$ 1.907,56
mar/23	14/4/2023	R\$ 2.585,84
abr/23	16/5/2023	R\$ 2.957,80
maio/23	16/6/2023	R\$ 3.504,80
jun/23	27/6/2023	R\$ 2.213,79
jul/23	1/8/2023	R\$ 1.644,94
ago/23	31/08/23	R\$ 1.819,97
set/23	29/9/2023	R\$ 1.163,60
out/23	30/10/2023	R\$ 2476,34
nov23	5/12/2023	R\$ 4.292,75
dez/23	29/12/2023	R\$ 682,26
Média		R\$ 2.230,28

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A contratação dar-se-á em item único, com fornecimento mensal.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação visa o atendimento da Portaria SEGES/MGI Nº 1.769/2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no eixo estratégico de consolidar a infraestrutura da instituição.

Art. 5º Os contratos celebrados com vigência por prazo indeterminado, como os serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024, e providenciadas as novas contratações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 Assim como, o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **10729992000146-0-000004/2024**

II) Data de publicação no PNCP: **19/05/2023**

III) Id do item no PCA: **65**

IV) Classe/Grupo: **692 - SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA ATRAVÉS DE TUBULAÇÃO**

V) Identificador da Futura Contratação: **154773-9/2024**

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Assegurar a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto à comunidade interna, viabilizando o exercício das atividades institucionais meio e fim institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Instruir o processo e encaminhar para licitação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não se aplica

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista a essencialidade dos serviços de fornecimento água e coleta de es, para o desenvolvimento das atividades institucionais do IFSul câmpus Santana do Livramento,

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA PAULA VAZ ALBANO

Chefe de Departamento de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 20/08/2024 às 14:33:57.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I ao ETP - Decreto Lei nº 23_69 - Cria o Departametro de Agua e Esgoto.pdf (87.1 KB)
- Anexo II - Anexo II ao ETP - Lei Municipal nº 7.438_2018 - Regulamenta a cobrança de tarifas.pdf (115.86 KB)
- Anexo III - Anexo III ao ETP - Lei nº 13.460_2017 - Participação proteção e defesa dos usuáros dos servicos publicos. pdf (245.03 KB)
- Anexo IV - Anexo IV ao ETP - Fatruas de Consumo Exercicio 2023.pdf (4.34 MB)

**Anexo I - Anexo I ao ETP - Decreto Lei nº 23_69 - Cria o
Departameto de Agua e Esgoto.pdf**

DECRETO LEI Nº 23, de 23 de setembro de 1969

Cria o departamento de água e Esgoto, extingue o Departamento Autônomo de Água e Esgoto, e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Sant'Ana do Livramento, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, combinado com o art. 1º do ato Complementar nº 55, de 4 de junho de 1969.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado , como entidade autárquica municipal, o Departamento de Água e Esgoto (DAE), com personalidade jurídica própria, sede e foro na cidade de Sant'Ana do Livramento, dispondo de autonomia econômico-financeira e administrativa dentro dos limites da presente lei.

Art. 2º - O DAE exercerá a sua ação em todo o município de Sant'Ana do Livramento, competindo-lhe com exclusividade:

- a) Estudar , projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em engenharia sanitária, as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário, que não foram objeto de convênio – entre a Prefeitura e os órgãos federais ou estaduais específicos;
- b) Operar, manter, conservar e explorar, diretamente, os serviços de água potável e de esgotos sanitários;
- c) Atuar como órgão coordenador e fiscalizador dos convênios firmados entre o Município e os órgãos federais ou estaduais para estudos, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitários;
- d) Lançar, fiscalizar e arrecadar as taxas e tarifas dos serviços de esgoto sanitários e de água, bem como as taxas e contribuições que incidirem sobre os imóveis beneficiados por tais serviços;
- e) Administrar seus bens, efetuar desapropriações mediante prévia declaração de utilidade pública, e alienar materiais inutilizáveis ou inaproveitáveis, através de concorrência pública ou administrativa, pelo órgão competente;
- f) Defender os cursos de água do município contra a população;
- g) Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de esgoto sanitários e de abastecimento de água, compatíveis com as leis gerais e especiais.

§ Primeiro: O DAE estabelecerá as condições de operação dos mananciais privados (poços, etc.) de fiscalizar a sua exploração e de, eventualmente, proibir o seu uso.

§ Segundo: Para cumprimentar de alínea “f” deste artigo, fica o DAE autorizado a impedir a utilização de cursos de água, por quaisquer tipos de instalações, mesmo

industriais, cujo funcionamento possa, de imediato ou para o futuro, comprometer as águas daqueles cursos.

Art. 3º - Os órgãos constitutivos do DAE serão um Conselho Deliberativo e uma Diretoria Geral.

~~Art. 4º - O Conselho Deliberativo, órgão colegiado é composto do Diretor de Autarquia, que é seu presidente nato, e pelos representantes de cada uma das seguintes entidades:-~~

- ~~a) Faculdade de Ciências Contábeis;~~
- ~~b) Associação Comereial;~~
- ~~c) Sociedade de Engenharia do R. G. do Sul;~~
- ~~d) Sindicato das empresas;~~
- ~~e) Associação Rural;~~
- ~~f) Guarnição Militar de Livramento.~~

Lei nº 890, de 4.11.71

...

~~Art 1º - Fica acrescentada ao Art. 4º do Decreto Lei nº 23 de 23 de setembro de 1969, a seguinte alínea:~~

- ~~g) - Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde.~~

~~Art. 4º - O Conselho Deliberativo, órgão colegiado é composto do Diretor da autarquia, que o seu presidente nato, e pelos representantes de cada uma das seguintes entidades:-~~

- ~~a) Associação Santanense Pró Ensino Superior;~~
- ~~b) Associação Comercial;~~
- ~~c) Sociedade de Engenheiros do Rio Grande do sul;~~
- ~~d) Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista;~~
- ~~e) Associação Rural;~~
- ~~f) Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde; e~~
- ~~g) Sub-secção da Ordem dos Advogados do Brasil~~

~~§ primeiro - Ao Prefeito Municipal caberá a escolha e a nomeação dos membros efetivos do Conselho Deliberativo e de seus respectivos suplentes, a partir de listas triplicadas que lhe serão submetidas pelas entidades acima referidas. Os mandatos dos representantes serão de dois anos;~~

~~§ segundo - A composição do Conselho Deliberativo será renovada, anualmente, pela metade;~~

~~§ terceira - Para permitir o rodízio estabelecido no parágrafo anterior, os representantes das entidades mencionadas nas alíneas "a", "b" e "c" deste artigo, terão mandatos de apenas um ano;~~

~~§ quarto - O Conselho Deliberativo reunir-se-á sempre que necessário, mas obrigatoriamente em cada trimestre, com a presença de, no mínimo três membros e deliberará por maioria simples. Ao presidente caberá exclusivamente o voto de desempate;~~

~~§ quinto - Os membros do Conselho Deliberativo perceberão "jotom" de comparecimento as reuniões, que será igual 1/10 do salário mínimo vigente na região. Essa gratificação passará a fazer parte do orçamento anual do DAE.~~

~~§ sexto — Perderá o mandato o Conselho que, não estando licenciado, faltar a três (3) sessões consecutivas ou oito (8) intercalados durante um exercício;~~

~~§ sétimo — A convite do Presidente ou por indicação de qualquer dos membros poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz mas sem voto, representantes de órgãos federais e estaduais, bem como outras pessoas, cuja audiência seja considerada útil ao esclarecimento do Conselho.~~

“Redação alterada pela Lei nº 1142, de 18.12.1974:”.

~~Art. 5º - Compete ao Conselho Deliberativo:~~

~~I — Opinar sobre:~~

- ~~a) Os planos gerais e os programas anuais de trabalho;~~
- ~~b) O orçamento anual de receita e despesa;~~
- ~~c) As desapropriações, alienações e permuta de bens; e~~
- ~~d) Os níveis das tarifas dos serviços.~~

~~II — Deliberar sobre:~~

- ~~a) As operações financeiras necessárias à execução dos planos e programas aprovados;~~
- ~~b) Os termos de contrato, convênio e ajustes, exceto os relativos a pessoal.~~

~~III —~~

- ~~a) Tomar as contas da administração do DAE e examinar os respectivos balancetes trimestrais;~~
- ~~b) Exercer as demais atribuições que lhes são inerentes e que estão determinadas no regulamento.~~

“Art.4º e 5º revogados pela lei nº 2.038, de 10 de junho de 1.986”

Art. 6º - Compete à Diretoria, através de seu Diretor:

- a) Administrar o DAE, na forma estabelecida em Lei e regulamentos;
- ~~b) Elaborar e submeter ao Conselho Deliberativo os planos gerais e programas anuais de obras, as propostas orçamentária, as prestações de contas anuais, os balancetes, as operações financeiras, as tabelas de tarifas e taxas, as normas gerais de lançamentos e arrecadação da receita e a política geral do pessoal revogado pela~~
- c) ~~Submeter ao Conselho Deliberativo todos os assuntos que a estes são afetos;~~
“alíneas “b” e “c” revogadas pela lei nº 2.038, de 10 de junho de 1.986”
- d) Representar o DAE em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por procuradores constituídos ou contratados;
- e) Admitir, contratar, promover, movimentar, punir, demitir ou dispensar pessoal do DAE.
- f) Autorizar a realização de concorrências públicas, coletas de preços, ajustes e acordo para favorecimento de materiais e equipamentos ou – prestação de serviço do DAE, bem assim e alienação de materiais e equipamentos desnecessários ou inservíveis;
- g) Assinar os contratos, acordos, ajustes e autorizações relativas à execução de obras e outros serviços e o fornecimento de materiais e equipamentos necessários ao DAE e autorizar os respectivos pagamentos.

- ~~h) Apresentar trimestralmente ao Conselho Deliberativo os balancetes de DAE, e até o dia 28 de fevereiro de cada ano, a prestação de contas anual;~~
- ~~i) Submeter à apreciação do Conselho Deliberativo, até o dia 1º de setembro de cada ano, e proposta orçamentária do DAE;~~

Alíneas “h” e “i” revogadas pela lei nº 2.038, de 10 de junho de 1.986

- j) Praticar todos os demais atos, não ressalvados expressamente.

§ Único – A proposta orçamentária do ano de 1970 será submetida ao Conselho Deliberativo até o dia 1º de dezembro de 1989.

Art. 7º - O cargo de Diretor Geral é de livre nomeação e demissão do Prefeito Municipal, devendo recair em pessoa de reconhecida capacidade administrativa e idoneidade, de preferência engenheiro civil ou sanitaria.

Art. 8º - O patrimônio inicial do DAE será constituído de todos os bens móveis, imóveis, instalações, títulos, materiais e outros valores próprios do Município, atualmente destinados, empregados e utilizados nos serviços públicos de água, de esgoto sanitário e de fossas móveis e sépticas, os quais lhe serão entregues sem qualquer ônus ou compensações pecuniárias e independentemente de quaisquer formalidades.

Art. 9º - A receita do DAE, provirá dos seguintes recursos;

- a) Do produto de quaisquer taxas e tarifas, prolongamento de redes por contas de terceiros e receitas eventuais, tais como multas, correção monetária. Etc.
- b) De taxas e contribuições que vierem a incidir sobre terrenos bens ficiados com os serviços de água e esgoto;
- c) Dos auxílios, subvenções e créditos especiais ou adicionais que lhe forem concedidos, inclusive para obras novas, pelos governos federal, estadual e municipal ou por organismo de cooperação internacional.
- d) Do produto de juros sobre depósitos bancários e outros render patrimoniais;
- e) Do produto da venda de materiais inservíveis e de alienação patrimonial que se tornem desnecessários aos seus serviços;
- f) Do produto de canções e depósitos que reverterem aos seus cofres por inadimplemento contratual;
- g) De doações, legados e outras rendas que, por sua natureza e finalidade, lhe devam caber;
- h) Da subvenção que lhe for anualmente consignada no orçamento da Prefeitura, cujo valor não será inferior a 5% da quota de Imposto de Renda atribuída ao Município (ou quota de retorno do Município).

§ único – Mediante prévia autorização do Conselho Deliberativo, poderá o Diretor Geral do DAE, realizar operações de crédito para antecipar de recita ou para obtenção de recursos necessários á execução de obras de ampliação ou remodelação dos sistemas de água e esgoto.

~~Art. 10 - A classificação dos servidores de água e esgoto sanitários, as tarifas e taxas respectivas e as condições para a prestação dos serviços, serão estudadas e propostas pela Diretoria Geral do DAE e fixadas e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo.~~

~~§ único - As tarifas e taxas serão fixadas anualmente tendo por base o custo industrial ocorrido e calculadas de modo a assegurar em conjunto com outras rendas e auto-suficiência econômico-financeiro do DAE.~~

“Art. 10 revogado lei nº 2.038, de 10 de junho de 1.986”

Art. 11 - Serão obrigatórios, nos termos do artigo 3º do Decreto Federal nº49.974, de 21 de janeiro de 1981, os serviços de água e esgoto nos prédios considerados habitáveis, situados nos logradouros dotados das respectivas redes.

§ Único – Qualquer economia, residência, apartamento, loja, escritório, consultório, gabinete, etc., de caráter individual, por atividade ou ocupação distintas, existente no mesmo prédio, tendo ou não utilização dos serviços de água e de esgoto sanitário, por instalação sanitária primitiva, pagará as taxas e tarifas mínimas, referentes aos serviços do DAE.

~~Art. 12º - Os proprietários de terrenos baldios, loteados ou não, situados em logradouros servidos pelas redes de água e esgoto, ficarão sujeitos ao pagamento de taxas especiais fixadas em regulamento. Em terrenos de testada existente a obre a via pública, desprezadas as frações inferiores a dez (10) metros.~~

~~§ único - As economias que foram servidas por uma só ligação em prédios de um ou vários proprietários (condomínios), terão suas contas somadas, extraídas em conjunto e tratadas como uma única ligação para efeitos de recebimento de tarifas ou aplicação de sanções cabíveis.~~

Art. 12 – Os proprietários de terrenos baldios, lotados ou não, situados em logradouro servidos pelas redes de água e esgoto, ficarão sujeitos ao pagamento de taxas especiais fixadas em regulamento, independentemente da respectiva testada.

§ Único – As economias que forem servidas por uma só ligação em prédios de um ou vários proprietários (condomínio), terão suas contas mensais extraídas individualmente bem como as relativas a excesso, salvo quando se tratar de edifícios ou prédios com mais de cinco (5) economias, também servidas por uma só ligação.

“Redação Alterada pela Lei 964 de 29.12.1972”

Art. 13 - É vedado ao DAE conceder isenção ou redução de tarifas dos serviços de água e esgoto, salvo as constantes no Regulamento Interno.

Art. 14 - O consumidor, instalado em ?????? de propriedade do Município

ou em prédio construído sobre terreno pertencente ao patrimônio Municipal, locado ou não, fica obrigado ao pagamento das taxas e tarifas correspondentes, respectivamente, aos serviços de esgoto sanitário e abastecimento de água.

Art. 15 - Os débitos para com o DAE, não saldados nas datas devidas, ficarão sujeitas aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a correção monetária e a multa de 10% (dez por cento), além de ser sustada a ligação de água, e conseqüentemente, ao pagamento de taxa de religação.

§ Primeiro – a correção monetária far-se-á em função das variações do poder aquisitivo da moeda nacional de acordo com a tabela de coeficientes de atualização aprovada pelo Governo Federal, adotando-se para esse fim, a tabela em vigor na data em que efetivamente for liquidado o débito.

§ Segundo – as multas e juros de mora previstos neste Decreto-Lei como percentagem de débito serão calculados sobre os respectivos montantes corrigidos monetariamente nos termos deste artigo.

§ Terceiro – decorridos sessenta (60) dias do prazo legal, passará a cobrança do débito a ser feita por procurador da autarquia.

§ Quarta – pelo serviço de cobrança, receberá o cobrador ou procurador uma comissão que não poderá exceder de 10% (dez por cento), nas cobranças amigáveis e de 20% (vinte por cento) nas cobranças judiciais.

Art. 16 - O DAE terá quadro próprio de empregados os quais ficarão sujeitos ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, respeitados os direitos adquiridos.

§ Único – Poderão ser aproveitados pelo DAE os atuais servidores do Departamento Autônomo de Água e esgoto, sujeitos ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 17 - Aplicam-se ao DAE, naquilo que disser respeito a seus bens, todas as prerrogativas, isenção, favores fiscais e demais vantagens que os serviços municipais gozem e que lhes caibam por lei.

Art. 18 - Ao DAE caberá a análise e a aprovação dos projetos de instalações domiciliares de água e esgoto, que farão parte componente dos processos arquitetônicos que forem submetidos à aprovação da Prefeitura Municipal. Será de responsabilidade do DAE, igualmente a fiscalização da execução dessas instalações, e a sua conseqüente liberação, ????? parte componente do processo de concessão do “habite-se”, por parte da Prefeitura.

Art. 19 - A implantação de novas redes de água e esgoto ou extensão das já existentes serão comunicadas mensalmente pelo DAE à Secretaria da Fazenda Municipal.

Art. 20 - A Secretaria da Fazenda Municipal comunicará, mensalmente ao DAE todas as alterações que influam nos lançamentos dos serviços da água e esgoto, facilitando-se ainda as informações que forem necessárias obter no cadastro imobiliário.

~~Art. 21º – O DAE submeterá anualmente, à apreciação do Prefeito Municipal, um relatório de suas atividades que conterá, também, a prestação de contas do exercício anterior. Esse relatório deverá ser completo e previamente submetido à apreciação~~

~~do Conselho Deliberativo. A Prefeitura Municipal ????? a prestação de contas acima referida ao balanço geral do Município.~~

“**Art. 21** – O DAE submeterá, anualmente, à apreciação do Prefeito Municipal, um relatório de suas atividades que conterà, também, a prestação de contas do exercício anterior, a qual será reunida no balanço geral do Município.”

Redação alterada pela lei nº 2038, de 10 de junho de 1986.

~~Art. 22 – O total da receita e o total da despesa do DAE deverão entrar no orçamento geral do Município.~~

Art. 22 revogado lei nº 2.038, de 10 de junho de 1.986

Art. 23 - O Prefeito Municipal expedirá dentro de sessenta (60) dias da vigência deste Decreto-Lei os atos necessários à sua completa regulamentação, decretando inclusive, o Regulamento Interno do DAE, dando forma a sua estrutura e regulamentando o sistema de estabelecimento das tarifas, taxas, e contribuições incidentes sobre os usuários ou beneficiários, dos sistemas de esgoto sanitário e de abastecimento de água.

Art. 24 - O DAE deverá estar instalado até 31 de dezembro de 1969, de modo que possa assumir a execução dos serviços que lhe são afetos em primeiro de janeiro de 1970.

Art. 25 - Os casos omissos neste Decreto-Lei serão resolvidos pelo Diretor Geral; ouvidos os órgãos competentes, após parecer do Conselho Deliberativo.

Art. 26 - Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sant’Ana do Livramento, 23 de setembro de 1969.

Gen. Antonio Moreira Borges
Prefeito Municipal
Engº. Cláudio Ribeiro Pedroso
Diretor Técnico do DAE

Registre-se e Publique-se:

Cláudio Costa Fernandes
Secretário de Administração

**Anexo II - Anexo II ao ETP - Lei Municipal nº 7.438_2018 -
Regulamenta a cobrança de tarifas.pdf**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº. 7.438, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.

Regulamenta a Cobrança de Tarifas para o Departamento de Água e Esgotos, conforme Lei Federal Nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 e dá outras providências.

SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO,

FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Os serviços prestados pelo DAE - Departamento de Água e Esgotos serão remunerados pela forma de tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o a Lei Federal Nº 11.445/2007, a qual estabelece as Diretrizes Nacionais do Saneamento, Art. 29, Inciso I.

Art. 2º - A fixação das tarifas levará em conta o equilíbrio econômico-financeiro da Autarquia e a preservação de aspectos sociais de seus serviços.

Parágrafo Único - A estrutura de remuneração dos serviços prestados pelo Departamento de Água e Esgotos será composta em consonância com os dispostos da Lei Nº 11.445/2007, Art. 30, Incisos de I a VI.

Art. 3º - As tarifas mensais dos serviços de água e dos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários serão cobradas conforme os valores estabelecidos a seguir:

Serviços de Água:

CATEGORIAS	Preços R\$
I - DOMICILIAR SOCIAL	
Tarifa Básica: 0 - 10 m³	25,48
Acima de 10 m³:	3,05 por m³
II - DOMICILIAR	
Tarifa Básica: 0 - 13 m³	42,46
Acima de 13 m³:	5,08 por m³
III - CONDOMÍNIO	
Tarifa Básica: 0 - 13 m³	42,46
Acima de 13 m³:	5,08 por m³
IV - COMERCIAL	
Tarifa Básica: 0 - 13 m³	59,44
Acima de 13 m³ :	7,51 por m³
V - INSTITUIÇÕES	
Tarifa Básica: 0 - 35 m³	193,88
Acima de 35 m³ :	7,51 por m³
VI - INDUSTRIAL	
Tarifa Básica: 0 - 20 m³	110,36
Acima de 20 m³:	9,87 por m³
VII - HOSPITALAR	
Tarifa Básica: 0 - 50 m³	410,41
Acima de 50 m³:	5,94 por m³
VIII - PÚBLICO	
Tarifa Básica: 0 - 10 m³	42,46
Acima de 10 m³:	4,98 por m³
ADICIONAL MENSAL DE CONSERVAÇÃO DE HIDRÔMETRO	1,80 por ligação

A “Tarifa Básica e o Adicional Mensal de Conservação de Hidrômetro” serão cobrados de forma fixa de TODOS os usuários, como subsídios para a manutenção dos serviços, e o consumo medido a partir da “Tarifa Básica”, será cobrado de forma variável, baseado na leitura mensal e o preço por m³ da respectiva categoria.

Serviços de Esgotos:

I - A tarifa dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário será fixada em 70% (setenta por cento) do valor cobrado pelo fornecimento de Serviço de Água ao usuário.

Art. 4º - Fica instituída “Tabela de Preços Públicos de Serviços do DAE”:

DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES	
Serviços de Religação de Água	
Serviço de Religação de Água na Rede Distribuidora	83,38
Serviço de Religação de Água no Ramal - no registro de passeio	52,29

Serviço de Religação de Água no Cavalete	29,70
Serviços de Ligação de Esgoto e Outros	
Desobstrução de Caixa de Inspeção	40,99
Desobstrução de Coletor Cloacal Predial	40,99
Mão-de-obra, por hora trabalhada	21,17
Serviço de Ligação de Esgoto Sanitário ou Substituição e/ou Rebaixamento de Coletor Predial	82,00
Serviço de Esgotamento de Fossa Séptica - volume até 5 m³	40,99
Serviço de Esgotamento de Fossa Séptica (volume até 5 m³) - Benefício por Tarifa Social	24,60
Serviço de Esgotamento de Filtro - volume até 5 m³	33,92
Serviço de Esgotamento de Filtro (volume até 5 m³) - Benefício por Tarifa Social	20,36
Serviço de Sanitários Químicos e Atendimento a Eventos - por sanitário	40,99
Serviço de Substituição de Ramal de Esgoto	28,96
Serviços de Ligação de Água e Outros	
Aferição de Hidrômetro	90,46
Corte Temporário no Cavalete	28,26
Corte Temporário ou Definitivo na Rede	69,28
Corte Temporário ou Definitivo no Ramal	42,43
Corte Temporário Simples (com bucha)	14,14
Mão-de-obra por hora trabalhada	21,17
Rebaixamento de Ramal	76,33
Serviço de Fiscalização de ramal, por ramal	28,26
Serviço de Instalação de Hidrômetro	57,95
Serviço de Ligação de Água	114,88
Serviço de Ligação de Água em pavimento asfáltico	141,30
Serviço de Substituição de Ramal de Água	82,59
Serviço de Troca do Ponto de Tomada na Rede	141,42
Substituição de Registro com Fornecimento de Material	43,83
Outros Serviços	
Cópias de Mapas e Plantas	26,85
Emissão de Atestados e Certidões em Geral	26,85
Multa por Infração	282,65
Recibos de Qualquer Natureza	7,07
Requerimentos, Petições, Recursos, Memoriais	14,14
Termos de Registro de Qualquer Natureza por Registro	35,31
Transferência e Averbação de Imóvel	9,71
Prova Final - por economia	28,26
Serviço de Abertura de Vala em Rua Pavimentada	79,16
Serviço de Abertura de Vala em Rua Não Pavimentada	47,73
Serviço de Expediente	4,87
Venda Eventual de Água	83,68
Km Rodado	3,19(km)

Parágrafo único - Os serviços solicitados ao DAE serão cobrados de acordo com os valores constantes da “Tabela de Tarifas e Preços Públicos de Serviços do DAE” vigente na data da solicitação.

Art. 5º O valor do Serviço de Expediente será incluído em decorrência da requisição dos demais serviços constantes da “Tabela de Preços Públicos de Serviços do DAE”.

Art. 6º - O usuário poderá enquadrar-se pela “Tarifa Domiciliar Social” através da comprovação de renda familiar de, no máximo, um salário mínimo nacional ou mediante comprovante de inscrição no Cadastro Único, instituído pelo Decreto nº 6.135 de 26/06/2007, para cadastrados com até 1/2 salário mínimo nacional de renda familiar per capta.

§ 1º - A comprovação de inscrição no cadastro a que se refere o caput do artigo será atestada através da apresentação da folha resumo atualizada (últimos 90 dias), expedida por órgão competente, constando número do NIS (Número de Identificação Social) do cadastrado, renda familiar, assinatura e carimbo do órgão responsável pela expedição.

§ 2º - O usuário beneficiário da “Tarifa Domiciliar Social” deverá comprovar, a cada 12 (doze) meses, a situação que deu origem ao benefício.

§ 3º - Não se comprovando a situação de origem no prazo estipulado no parágrafo anterior, o DAE fica autorizado a cancelar o benefício.

Art. 7º - Os beneficiários da “Tarifa Domiciliar Social” terão direito à redução de 40% (quarenta por cento) nos requerimentos do “Serviço de Esgotamento de Fossa Séptica - volume até 5 m³” e do “Serviço do Esgotamento de Filtro - volume até 5 m³”, em atendimento às suas necessidades básicas de saneamento.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no caput, o usuário beneficiário da “Tarifa Domiciliar Social” deverá estar com o cadastro atualizado, na forma do Art. 6º, §2º, na data do requerimento dos serviços.

Art. 8º - As tarifas e preços públicos serão corrigidos de acordo com a Lei Nº 11.445/2007, Art. 37, a cada 12 (doze) meses, a partir do primeiro mês de efeito desta lei, pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou outro índice que vier a substituí-lo, com base no percentual acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 9º - As revisões tarifárias serão realizadas conforme o Art. 38 e Art. 39 da Lei Nº 11.445/2007.

Art. 10 - A partir da vigência desta Lei, todos os imóveis abastecidos pelos sistemas de água esgotos do DAE terão, obrigatoriamente, hidrômetro instalado no padrão estabelecido no Anexo I, ou outro que vier a ser estipulado pela Autarquia.

§1º O imóvel que não possuir hidrômetro, ou o qual o hidrômetro apresentar defeito de funcionamento, mau estado de conservação ou estiver fora do padrão estabelecido pela Autarquia, o responsável pelo imóvel e/ou usuário terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para solicitar ao DAE a revisão ou instalação do hidrômetro.

I - O Departamento de Água e Esgotos fica responsável pela revisão ou substituição dos hidrômetros, sem cobrança ao usuário, conforme as solicitações referidas no parágrafo anterior.

II - Não havendo a solicitação prevista no §1º do Art. 10, dentro do prazo estabelecido, o Departamento de Água e Esgotos cobrará multa mensal de 30% (trinta por cento) da tarifa fixa da respectiva categoria, sempre que não for possível proceder a leitura do hidrômetro, seja pela inexistência do equipamento, defeito no seu funcionamento ou inadequação das instalações do ramal da ligação de água.

§2º Diante da impossibilidade da adequação do imóvel ao padrão de instalação do ramal conforme Anexo I desta lei, poderá ser dispensada a cobrança referida no §1º, Inciso II deste artigo, por meio de parecer da Fiscalização da Autarquia.

§3º Os Serviços de Fiscalização e Auxílio à Fiscalização do DAE, ficam autorizados, a qualquer tempo, a solicitar a revisão ou instalação de hidrômetros, mediante formalização por ordem, de serviço.

Art. 11 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 21 de dezembro de 2018.

SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

FERNANDO GONÇALVES LINHARES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Jéssica Conceição Ribeiro

Código Identificador:5D1308F8

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 24/12/2018. Edição 2460

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>

**Anexo III - Anexo III ao ETP - Lei nº 13.460_2017 -
Participação proteção e defesa dos usuários dos serviços
publicos.pdf**



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017.

[Vigência](#)

[Regulamento](#)

[Regulamento](#)

Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública.

§ 1º O disposto nesta Lei aplica-se à administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do [inciso I do § 3º do art. 37 da Constituição Federal](#).

§ 2º A aplicação desta Lei não afasta a necessidade de cumprimento do disposto:

I - em normas regulamentadoras específicas, quando se tratar de serviço ou atividade sujeitos a regulação ou supervisão; e

II - na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quando caracterizada relação de consumo.

§ 3º Aplica-se subsidiariamente o disposto nesta Lei aos serviços públicos prestados por particular.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - usuário - pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público;

II - serviço público - atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública;

III - administração pública - órgão ou entidade integrante da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública;

IV - agente público - quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração; e

V - manifestações - reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços.

Parágrafo único. O acesso do usuário a informações será regido pelos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

Art. 3º Com periodicidade mínima anual, cada Poder e esfera de Governo publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.

Art. 4º Os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS BÁSICOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 5º O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes:

I - urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos usuários;

II - presunção de boa-fé do usuário;

III - atendimento por ordem de chegada, ressalvados casos de urgência e aqueles em que houver possibilidade de agendamento, asseguradas as prioridades legais às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo;

IV - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas na legislação;

V - igualdade no tratamento aos usuários, vedado qualquer tipo de discriminação;

VI - cumprimento de prazos e normas procedimentais;

VII - definição, publicidade e observância de horários e normas compatíveis com o bom atendimento ao usuário;

VIII - adoção de medidas visando a proteção à saúde e a segurança dos usuários;

IX - autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade;

X - manutenção de instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento;

XI - eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

XII - observância dos códigos de ética ou de conduta aplicáveis às várias categorias de agentes públicos;

XIII - aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;

XIV - utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e

XV - vedação da exigência de nova prova sobre fato já comprovado em documentação válida apresentada.

XVI – comunicação prévia ao consumidor de que o serviço será desligado em virtude de inadimplemento, bem como do dia a partir do qual será realizado o desligamento, necessariamente durante horário comercial. [\(Incluído pela Lei nº 14.015, de 2020\)](#)

Parágrafo único. A taxa de religação de serviços não será devida se houver descumprimento da exigência de notificação prévia ao consumidor prevista no inciso XVI do caput deste artigo, o que ensejará a aplicação de multa à

concessionária, conforme regulamentação. [\(Incluído pela Lei nº 14.015, de 2020\)](#)

Art. 6º São direitos básicos do usuário:

I - participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;

II - obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;

III - acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no [inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal](#) e na [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#);

IV - proteção de suas informações pessoais, nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#);

V - atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e

VI - obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:

a) horário de funcionamento das unidades administrativas;

b) serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;

c) acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;

d) situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e

e) valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

VII – comunicação prévia da suspensão da prestação de serviço. [\(Incluído pela Lei nº 14.015, de 2020\)](#)

Parágrafo único. É vedada a suspensão da prestação de serviço em virtude de inadimplemento por parte do usuário que se inicie na sexta-feira, no sábado ou no domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a feriado. [\(Incluído pela Lei nº 14.015, de 2020\)](#)

Art. 7º Os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei divulgarão Carta de Serviços ao Usuário.

§ 1º A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

§ 2º A Carta de Serviços ao Usuário deverá trazer informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, apresentando, no mínimo, informações relacionadas a:

I - serviços oferecidos;

II - requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar o serviço;

III - principais etapas para processamento do serviço;

IV - previsão do prazo máximo para a prestação do serviço;

V - forma de prestação do serviço; e

VI - locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço.

§ 3º Além das informações descritas no § 2º, a Carta de Serviços ao Usuário deverá detalhar os compromissos e padrões de qualidade do atendimento relativos, no mínimo, aos seguintes aspectos:

I - prioridades de atendimento;

II - previsão de tempo de espera para atendimento;

III - mecanismos de comunicação com os usuários;

IV - procedimentos para receber e responder as manifestações dos usuários; e

V - mecanismos de consulta, por parte dos usuários, acerca do andamento do serviço solicitado e de eventual manifestação.

§ 4º A Carta de Serviços ao Usuário será objeto de atualização periódica e de permanente divulgação mediante publicação em sítio eletrônico do órgão ou entidade na internet.

§ 5º Regulamento específico de cada Poder e esfera de Governo disporá sobre a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário.

§ 6º Compete a cada ente federado disponibilizar as informações dos serviços prestados, conforme disposto nas suas Cartas de Serviços ao Usuário, na Base Nacional de Serviços Públicos, mantida pelo Poder Executivo federal, em formato aberto e interoperável, nos termos do regulamento do Poder Executivo federal. [\(Incluído pela Lei nº 14.129, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 8º São deveres do usuário:

I - utilizar adequadamente os serviços, procedendo com urbanidade e boa-fé;

II - prestar as informações pertinentes ao serviço prestado quando solicitadas;

III - colaborar para a adequada prestação do serviço; e

IV - preservar as condições dos bens públicos por meio dos quais lhe são prestados os serviços de que trata esta Lei.

CAPÍTULO III

DAS MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 9º Para garantir seus direitos, o usuário poderá apresentar manifestações perante a administração pública acerca da prestação de serviços públicos.

Art. 10. A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e conterá a identificação do requerente.

§ 1º A identificação do requerente não conterá exigências que inviabilizem sua manifestação.

§ 2º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria.

§ 3º Caso não haja ouvidoria, o usuário poderá apresentar manifestações diretamente ao órgão ou entidade responsável pela execução do serviço e ao órgão ou entidade a que se subordinem ou se vinculem.

§ 4º A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.

§ 5º No caso de manifestação por meio eletrônico, prevista no § 4º, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, poderá a administração pública ou sua ouvidoria requerer meio de certificação da identidade do usuário.

§ 6º Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão colocar à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no **caput**, facultada ao usuário sua utilização.

§ 7º A identificação do requerente é informação pessoal protegida com restrição de acesso nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

Art. 10-A. Para fins de acesso a informações e serviços, de exercício de direitos e obrigações ou de obtenção de benefícios perante os órgãos e as entidades federais, estaduais, distritais e municipais ou os serviços públicos delegados, a apresentação de documento de identificação com fé pública em que conste o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) será suficiente para identificação do cidadão, dispensada a apresentação de qualquer outro documento. [\(Incluído pela Lei nº 14.129, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~§ 1º Os cadastros, os formulários, os sistemas e outros instrumentos exigidos dos usuários para a prestação de serviço público deverão disponibilizar campo para registro do número de inscrição no CPF, de preenchimento obrigatório para cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, que será suficiente para sua identificação, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro número para esse fim. [\(Incluído pela Lei nº 14.129, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)~~

§ 1º Os cadastros, os formulários, os sistemas e outros instrumentos exigidos dos usuários para a prestação de serviço público deverão disponibilizar campo para registro do número de inscrição no CPF, de preenchimento obrigatório, que será suficiente para sua identificação, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro número para esse fim. [\(Redação dada pela Lei nº 14.534, de 2023\)](#)

§ 2º O número de inscrição no CPF poderá ser declarado pelo usuário do serviço público, desde que acompanhado de documento de identificação com fé pública, nos termos da lei. [\(Incluído pela Lei nº 14.129, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 3º Ato de cada ente federativo ou Poder poderá dispor sobre casos excepcionais ao previsto no caput deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 14.129, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 11. Em nenhuma hipótese, será recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos desta Lei, sob pena de responsabilidade do agente público.

Art. 12. Os procedimentos administrativos relativos à análise das manifestações observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando a sua efetiva resolução.

Parágrafo único. A efetiva resolução das manifestações dos usuários compreende:

- I - recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;
- II - emissão de comprovante de recebimento da manifestação;
- III - análise e obtenção de informações, quando necessário;
- IV - decisão administrativa final; e
- V - ciência ao usuário.

CAPÍTULO IV

DAS OUVIDORIAS

Art. 13. As ouvidorias terão como atribuições precípuas, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico:

I - promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;

II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;

III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;

IV - auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei;

V - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei;

VI - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula; e

VII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

Art. 14. Com vistas à realização de seus objetivos, as ouvidorias deverão:

I - receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos; e

II - elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

Art. 15. O relatório de gestão de que trata o inciso II do **caput** do art. 14 deverá indicar, ao menos:

I - o número de manifestações recebidas no ano anterior;

II - os motivos das manifestações;

III - a análise dos pontos recorrentes; e

IV - as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Parágrafo único. O relatório de gestão será:

I - encaminhado à autoridade máxima do órgão a que pertence a unidade de ouvidoria; e

II - disponibilizado integralmente na internet.

Art. 16. A ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de trinta dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

Parágrafo único. Observado o prazo previsto no **caput**, a ouvidoria poderá solicitar informações e esclarecimentos diretamente a agentes públicos do órgão ou entidade a que se vincula, e as solicitações devem ser respondidas no prazo de vinte dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

Art. 17. Atos normativos específicos de cada Poder e esfera de Governo disporão sobre a organização e o funcionamento de suas ouvidorias.

CAPÍTULO V

DOS CONSELHOS DE USUÁRIOS

Art. 18. Sem prejuízo de outras formas previstas na legislação, a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos será feita por meio de conselhos de usuários.

Parágrafo único. Os conselhos de usuários são órgãos consultivos dotados das seguintes atribuições:

I - acompanhar a prestação dos serviços;

II - participar na avaliação dos serviços;

III - propor melhorias na prestação dos serviços;

IV - contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário; e

V - acompanhar e avaliar a atuação do ouvidor.

Art. 19. A composição dos conselhos deve observar os critérios de representatividade e pluralidade das partes interessadas, com vistas ao equilíbrio em sua representação.

Parágrafo único. A escolha dos representantes será feita em processo aberto ao público e diferenciado por tipo de usuário a ser representado.

Art. 20. O conselho de usuários poderá ser consultado quanto à indicação do ouvidor.

Art. 21. A participação do usuário no conselho será considerada serviço relevante e sem remuneração.

Art. 22. Regulamento específico de cada Poder e esfera de Governo disporá sobre a organização e funcionamento dos conselhos de usuários.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 23. Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

I - satisfação do usuário com o serviço prestado;

II - qualidade do atendimento prestado ao usuário;

III - cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;

IV - quantidade de manifestações de usuários; e

V - medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

§ 1º A avaliação será realizada por pesquisa de satisfação feita, no mínimo, a cada um ano, ou por qualquer outro meio que garanta significância estatística aos resultados.

§ 2º O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio do órgão ou entidade, incluindo o **ranking** das entidades com maior incidência de reclamação dos usuários na periodicidade a que se refere o § 1º, e servirá de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.

Art. 24. Regulamento específico de cada Poder e esfera de Governo disporá sobre a avaliação da efetividade e dos níveis de satisfação dos usuários.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. Esta Lei entra em vigor, a contar da sua publicação, em:

I - trezentos e sessenta dias para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de quinhentos mil habitantes;

II - quinhentos e quarenta dias para os Municípios entre cem mil e quinhentos mil habitantes; e

III - setecentos e vinte dias para os Municípios com menos de cem mil habitantes.

Brasília, 26 de junho de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER

Torquato Jardim

Dyogo Henrique de Oliveira

Wagner de Campos Rosário

Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.6.2017

*

**Anexo IV - Anexo IV ao ETP - Faturas de Consumo
Exercicio 2023.pdf**



CNPJ: 96.041.330/0001-02 55-3967-1300 Contrato : CL 006392/2020
FONE: (55) 3242-4440 EMAIL: Fevereiro/2023 1
atendimento@daelivramento.org N. Número : 00007675033 - 9
Carnê Faturamento com Prazo Emissão : 14/02/23 00:00

Nome do Consumidor e Endereço para Entrega		Débito em Conta	
Nome : 1005743 INSTITUTO FEDERAL SUL-RIOGRANDENSE		00008766	
Rua : PAUL HARRIS	Nº 410	Banco	
Compl. :	BairroFortim	Agência	
Cidade : SANTANA DO LIVRAMENTO	RS CEP 97574360	Conta	
Dados da Unidade Consumidora			
Ligação : 8766	Inscr. Cad	02001801805000410	
Rua : PAUL HARRIS	Roteiro : 18	Natureza	COM Esgoto
Compl. :	Nº : 410	Categorias	Construção
Bairro : Fortim		Nº Economias	1
	CEP		97574360

Dados da Leitura		Consumos Anteriores					
- E02N000150		Mes	Leitura	M³	Mes	Leitura	M³
Hidrômetro :		2023/01	10694	000086	2022/09	10223	000090
Consumo Mês (m³) :	88	2022/12	10608	000144	2022/08	10133	000201
Dias de Consumo :	31	2022/11	10464	000131	2022/07	9932	000127
Leitura Atual (m³) :	10782	Média 12 Meses (m³) :					
Leitura Anterior (m³)	10694	102	2022/10	10333	000110	2022/06	9805 000128
Data Leitura :	###0						
Período de Consumo	28/12/2022 a 28/01/2023						

Valor	Desc	Multa	Juros	Correção
R\$ 143,93		,00	,00	,00
R\$ 623,33		,00	,00	,00
R\$ 746,46		,00	,00	,00

Relatórios completos no site dae.santanadolivramento.rs.gov.br	Vencimento 10/03/2023	Valor Total em R\$ 1.513,72
---	--------------------------	--------------------------------

Mensagens

DECLARA-SE A QUITAÇÃO das contas de consumo de água e esgoto referente aos vencimentos do ano de 2022, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, dando plena, geral, e irrevogável quitação, ressalvados aos débitos questionados judicialmente.

Fale conosco: 0800-541-6768 / (55)3967-1329 / (55)3967-1341 E-mail: atendimento@daelivramento.org Diariamente das 8hs às 17hs.

DAE-Departamento de Água e Esgotos		Vencimento 10/03/2023	Valor Total em R\$ 1.513,72
CNPJ: 96.041.330/0001-02 55-3967- FONE: (55) 3242-4440 EMAIL: Fevereiro/2023	Nosso Número 00007675033	Inscrição 9	8766

82600000015 6 13720034202 0 30310008766 5 00007675033 0





DAE-Departamento de Água e Esgotos

Ligação :

8766

CNPJ: 96.041.330/0001-02 55-3967-1300 Contrato : CL 006392/2020
FONE: (55) 3242-4440 EMAIL: Março/2023 1 Referência :
atendimento@daelivramento.org N. Número : 00007723380 - 6 Emissão : 15/03/23 00:00
Carnê Faturamento com Prazo

Nome do Consumidor e Endereço para Entrega		Débito em Conta	
Nome : 1005743 INSTITUTO FEDERAL SUL-RIOGRANDENSE		00008766	
Rua : PAUL HARRIS	Nº 410	Banco	
Compl. :	BairroFortim	Agência	
Cidade : SANTANA DO LIVRAMENTO	RS CEP 97574360	Conta	
Dados da Unidade Consumidora			
Ligação : 8766	Roteiro : 18	Inscr. Cad	02001801805000410
Rua : PAUL HARRIS	Nº : 410	Natureza	COM Esgoto
Compl. :		Categorias	Construção
Bairro : Fortim		Nº Economias	1
		CEP	97574360

Dados da Leitura			Consumos Anteriores		
- E02N000150			Mes	Leitura	M³
Hidrômetro :			2023/02	10782	000086
Consumo Mês (m³) :			2022/10	10333	000110
106			2023/01	10694	000086
Dias de Consumo :			2022/09	10223	000090
31			2022/12	10608	000144
Leitura Atual (m³) :			2022/08	10133	000201
10888 Média 12 Meses (m³) :			2022/11	10464	000131
106			2022/07	9932	000127
Leitura Anterior (m³) 10782					
Data Leitura :					
####0					
Período de Consumo:28/01/2023 a 28/02/2023					

Valor	Desc	Multa	Juros	Correção
R\$ 143,93		,00	,00	,00
R\$ 785,51		,00	,00	,00
R\$ 978,12		,00	,00	,00

Relatórios completos no site dae.santanadolivramento.rs.gov.br	Vencimento	Valor Total em R\$
	10/04/2023	1.907,56

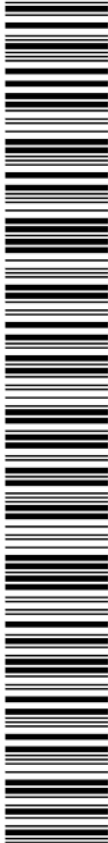
Mensagens

Evite o CORTE, pague suas contas em dia.

Fale conosco: 0800-541-6768 / (55)3967-1329 / (55)3967-1341 E-mail: atendimento@daelivramento.org Diariamente das 8hs às 17hs.

DAE-Departamento de Água e Esgotos		Vencimento	Valor Total em R\$
CNPJ: 96.041.330/0001-02 55-3967-		10/04/2023	1.907,56
FONE: (55) 3242-4440 EMAIL: Março/2023		Nosso Número	Inscrição
		00007723380	6 8766

82600000019 8 07560034202 8 30410008766 3 00007723380 7





CNPJ: 96.041.330/0001-02 55-3967-1300 Contrato : CL 006392/2020
FONE: (55) 3242-4440 EMAIL: Referência : Abril/2023 1
atendimento@daelivramento.org N. Número : 00007763520 - 6
Carnê Faturamento com Prazo Emissão : 17/04/23 00:00

Nome do Consumidor e Endereço para Entrega
Nome : 1005743 INSTITUTO FEDERAL SUL-RIOGRANDENSE
Rua : PAUL HARRIS Nº 410 Banco
Compl. : BairroFortim Agência
Cidade : SANTANA DO LIVRAMENTO RS CEP 97574360 Conta
Dados da Unidade Consumidora Inscr. Cad 02001801805000410
Ligação : 8766 Roteiro : 18 Natureza COM Esgoto
Rua : PAUL HARRIS Nº: 410 Categorias Construção
Compl. : Nº Economias 1
Bairro : Fortim CEP 97574360

Dados da Leitura					
- E02N000150			Consumos Anteriores		
Hidrômetro :	Mes	Leitura	M³	Mes	Leitura
Consumo Mês (m³) : 137	2023/03	10888	000106	2022/11	10464
Dias de Consumo : 30	2023/02	10782	000088	2022/10	10333
Leitura Atual (m³) : 11025	2023/01	10694	000086	2022/09	10223
Leitura Anterior (m³) : 10888	2022/12	10608	000144	2022/08	10133
Período de Consumo: 28/02/2023 a 30/03/2023					

Parc.	Especificação do Serviço	Valor	Desc	Multa	Juros	Correção
2023/04	Tarifa Básica de Água	R\$ 143,93	,00	,00	,00	,00
2023/04	Tarifa de Esgoto	R\$ 1.064,82	,00	,00	,00	,00
2023/04	Consumo M³	R\$ 1.377,09	,00	,00	,00	,00

Relatórios completos no site dae.santanadolivramento.rs.gov.br	Vencimento 10/05/2023	Valor Total em R\$ 2.585,84
---	--------------------------	--------------------------------

Mensagens
Evite o CORTE, pague suas contas em dia.

Fale conosco: (55)3242-4440 / (55)3967-1300 Diariamente das 8hs às 17hs.
Evite o CORTE, pague suas contas em dia.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
Comprovante Consumidor
DAE-Departamento de Água e Esgotos
CNPJ: 96.041.330/0001-02 55-3967-
FONE: (55) 3242-4440 EMAIL:
Abril/2023
Vencimento
10/05/2023
Valor Total Em R\$
2.585,84
Nosso Número
00007763520 6
Inscrição
8766

82640000025 1 85840034202 9 30510008766 0 00007763520 9





CNPJ: 96.041.330/0001-02 55-3967-1300 Contrato : CL 006392/2020
FONE: (55) 3242-4440 EMAIL: Referência : Maio/2023 1
atendimento@daelivramento.org N. Número : 00007789956 - 7
Carnê Faturamento com Prazo Emissão : 16/05/23 00:00

Nome do Consumidor e Endereço para Entrega Débito em Conta
Nome : 1005743 INSTITUTO FEDERAL SUL-RIOGRANDENSE 00008766
Rua : PAUL HARRIS Nº 410 Banco
Compl. : BairroFortim Agência
Cidade : SANTANA DO LIVRAMENTO RS CEP 97574360 Conta
Dados da Unidade Consumidora Inscr. Cad 02001801805000410
Ligação : 8766 Roteiro : 18 Natureza COM Esgoto
Rua : PAUL HARRIS Nº : 410 Categorias Construção
Compl. : Nº Economias 1
Bairro : Fortim CEP 97574360

Dados da Leitura		Consumos Anteriores							
Hidrômetro :		-E02N000150		Mes	Leitura	M³	Mes	Leitura	M³
Consumo Mês (m³) :		154		2023/04	11025	000137	2022/12	10608	000144
Dias de Consumo :		29		2023/03	10888	000106	2022/11	10464	000131
Leitura Atual (m³) :		11179		2023/02	10782	000088	2022/10	10333	000110
Leitura Anterior (m³) :		11179		2023/01	10694	000086	2022/09	10223	000090
Média 12 Meses (m³) :		1116							
Data Leitura :		###0							
Período de Consumo:		30/03/2023 a 28/04/2023							

Parc.	Especificação do Serviço	Valor	Desc	Multa	Juros	Correção
2023/05	Tarifa Básica de Água	R\$ 143,93	,00	,00	,00	,00
2023/05	Tarifa de Esgoto	R\$ 1.217,99	,00	,00	,00	,00
2023/05	Consumo M³	R\$ 1.595,88	,00	,00	,00	,00

Relatórios completos no site dae.santanadolivramento.rs.gov.br	Vencimento 12/06/2023	Valor Total em R\$ 2.957,80
---	--------------------------	--------------------------------

Mensagens

Evite o CORTE, pague suas contas em dia.

Fale conosco: (55)3242-4440 / (55)3967-1300 Diariamente das 8hs às 17hs.
Evite o CORTE, pague suas contas em dia.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Comprovante Consumidor

DAE-Departamento de Água e Esgotos

CNPJ: 96.041.330/0001-02 55-3967-1300
FONE: (55) 3242-4440 EMAIL: atendimento@daelivramento.org
Maio/2023

Vencimento
12/06/2023

Valor Total em R\$
2.957,80

Nosso Número
00007789956

Inscrição
8766

8261000029 6 57800034202 7 30612008766 4 00007789956 5





CNPJ: 96.041.330/0001-02 55-3967-1300 Contrato : CL 006392/2020
FONE: (55) 3242-4440 EMAIL: Junho/2023 1
atendimento@daelivramento.org N. Número : 00007836715 - 3
Carnê Faturamento com Prazo Emissão : 16/06/23 00:00

Nome do Consumidor e Endereço para Entrega
Nome : 1005743 INSTITUTO FEDERAL SUL-RIOGRANDENSE
Rua : PAUL HARRIS Nº 410 Banco
Compl. : BairroFortim Agência
Cidade : SANTANA DO LIVRAMENTO RS CEP 97574360 Conta
Dados da Unidade Consumidora Inscr. Cad 02001801805000410
Ligação : 8766 Roteiro : 18 Natureza COM Esgoto
Rua : PAUL HARRIS Nº: 410 Categorias Construção
Compl. : Nº Economias 1
Bairro : Fortim CEP 97574360

Dados da Leitura		Consumos Anteriores					
-E02N000150		Mes	Leitura	M³	Mes	Leitura	M³
Consumo Mês (m³) : 179		2023/05	11179	000154	2023/01	10694	000086
Dias de Consumo : 31		2023/04	11025	000137	2022/12	10608	000144
Leitura Atual (m³) : 11358		2023/03	10888	000106	2022/11	10464	000131
Média 12 Meses (m³) : 125		2023/02	10782	000088	2022/10	10333	000110
Leitura Anterior (m³) 11179		Data Leitura : ####0					
Período de Consumo:28/04/2023 a 29/05/2023							

Valor	Desc	Multa	Juros	Correção
R\$ 143,93		,00	,00	,00
R\$ 1.443,24		,00	,00	,00
R\$ 1.917,63		,00	,00	,00

Relatórios completos no site dae.santanadolivramento.rs.gov.br	Vencimento 10/07/2023	Valor Total em R\$ 3.504,80
---	--------------------------	--------------------------------

Mensagens
Evite o CORTE, pague suas contas em dia.

Fale conosco: (55)3242-4440 / (55)3967-1300 Diariamente das 8hs às 17hs.
Evite o CORTE, pague suas contas em dia.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
Comprovante Consumidor
DAE-Departamento de Água e Esgotos
CNPJ: 96.041.330/0001-02 55-3967-
FONE: (55) 3242-4440 EMAIL: Junho/2023
Vencimento 10/07/2023 Valor Total em R\$ 3.504,80
Nosso Número 00007836715 3 Inscrição 8766

82610000035 3 04800034202 1 30710008766 6 00007836715 8





DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS
SANTANA DO LIVRAMENTO
Rua Moisés Vianna, 322 - Parque da Hidráulica - CEP: 97574-116
Telefone: (55) 3242-4440
E-mail: atendimento@dae.livramento.org
CNPJ: 96.041.330/0001-02
FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

Dados do Consumidor e Endereço para Entrega 8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS		Ligação 8766																													
		Contrato: CL006392/2020																													
		Referência: 2023/07																													
Dados da Unidade Consumidora FORTIM - PAUL HARRIS, 410		N. Número: 00003107747-5																													
1x COM ESGOTO CAT 005		Emissão: 27/06/2023																													
<table border="1"><thead><tr><th>Parc.</th><th>Descrição</th><th>Valor</th><th>Desc.</th><th>Mul.</th><th>Juros</th><th>Correção</th></tr></thead><tbody><tr><td>2023/07</td><td>TARIFA BÁSICA</td><td>143,93</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>2023/07</td><td>CONSUMO M3</td><td>1.158,30</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>2023/07</td><td>ESGOTO</td><td>911,56</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></tbody></table>				Parc.	Descrição	Valor	Desc.	Mul.	Juros	Correção	2023/07	TARIFA BÁSICA	143,93					2023/07	CONSUMO M3	1.158,30					2023/07	ESGOTO	911,56				
Parc.	Descrição	Valor	Desc.	Mul.	Juros	Correção																									
2023/07	TARIFA BÁSICA	143,93																													
2023/07	CONSUMO M3	1.158,30																													
2023/07	ESGOTO	911,56																													
Nº Hidrômetro: E02N000150		Data Leitura Atual 27/06/2023	Vencimento 25/07/2023	VALOR A PAGAR 2.213,79																											
Leitura Anterior 11358		Leitura Atual 11478	Consumo 120	Média 12 Meses (m³) 0																											
Período de Consumo:																															
<table border="1"><thead><tr><th colspan="4">Consumos Anteriores</th></tr><tr><th>Mes</th><th>Consumo</th><th>Mes</th><th>Consumo</th></tr></thead><tbody><tr><td>FEV</td><td>m3</td><td>MAI</td><td>154 m3</td></tr><tr><td>MAR</td><td>m3</td><td>JUN</td><td>179 m3</td></tr><tr><td>ABR</td><td>137 m3</td><td>JUL</td><td>120 m3</td></tr></tbody></table>				Consumos Anteriores				Mes	Consumo	Mes	Consumo	FEV	m3	MAI	154 m3	MAR	m3	JUN	179 m3	ABR	137 m3	JUL	120 m3	Mensagem							
Consumos Anteriores																															
Mes	Consumo	Mes	Consumo																												
FEV	m3	MAI	154 m3																												
MAR	m3	JUN	179 m3																												
ABR	137 m3	JUL	120 m3																												
Período de Análise:																															

Autenticação Mecânica DADOS DO USUÁRIO 8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS, 410	Comprovante Consumidor Referência: 2023/07 Nosso Número: 00003107747-5 Ligação: 8766 VENCIMENTO 25/07/2023 VALOR A PAGAR: R\$ 2.213,79
--	---

CÓDIGO DE BARRAS

8265000022 7 13790034202 3 30725008766 4 00003107747 2





DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS
SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Rua Moisés Vianna, 322 - Parque da Hidráulica - CEP: 97574-116
Telefone: (55) 3242-4440
E-mail: atendimento@dae.livramento.org
CNPJ: 96.041.330/0001-02
FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

Dados do Consumidor e Endereço para Entrega 8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS		Ligação 8766																																		
Dados da Unidade Consumidora FORTIM - PAUL HARRIS, 410 1x COM ESGOTO CAT 005		Contrato: CL006392/2020																																		
		Referência: 2023/08																																		
		N. Número: 0003160680-4																																		
		Emissão: 01/08/2023																																		
<table><thead><tr><th>Parc.</th><th>Descrição</th><th>Valor</th><th>Desc.</th><th>Mul.</th><th>Juros</th><th>Correção</th></tr></thead><tbody><tr><td>2023/08</td><td>TARIFA BASICA</td><td>143,93</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>2023/08</td><td>CONSUMO M3</td><td>823,68</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>2023/08</td><td>ESGOTO</td><td>677,33</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></tbody></table>				Parc.	Descrição	Valor	Desc.	Mul.	Juros	Correção	2023/08	TARIFA BASICA	143,93					2023/08	CONSUMO M3	823,68					2023/08	ESGOTO	677,33									
Parc.	Descrição	Valor	Desc.	Mul.	Juros	Correção																														
2023/08	TARIFA BASICA	143,93																																		
2023/08	CONSUMO M3	823,68																																		
2023/08	ESGOTO	677,33																																		
Nº Hidrômetro: E02N000150		Data Leitura Atual: 01/08/2023		Vencimento: 25/08/2023		VALOR A PAGAR 1.644,94																														
Leitura Anterior: 11478		Leitura Atual: 11572		Consumo: 94		Média 12 Meses (m³): 0																														
Período de Consumo:																																				
<table><thead><tr><th colspan="4">Consumos Anteriores</th><th colspan="2">Mensagem</th></tr><tr><th>Mes</th><th>Consumo</th><th>Mes</th><th>Consumo</th><th colspan="2"></th></tr></thead><tbody><tr><td>MAR</td><td>m3</td><td>JUN</td><td>179 m3</td><td colspan="2"></td></tr><tr><td>ABR</td><td>m3</td><td>JUL</td><td>120 m3</td><td colspan="2"></td></tr><tr><td>MAI</td><td>154 m3</td><td>AGO</td><td>94 m3</td><td colspan="2"></td></tr></tbody></table>						Consumos Anteriores				Mensagem		Mes	Consumo	Mes	Consumo			MAR	m3	JUN	179 m3			ABR	m3	JUL	120 m3			MAI	154 m3	AGO	94 m3			
Consumos Anteriores				Mensagem																																
Mes	Consumo	Mes	Consumo																																	
MAR	m3	JUN	179 m3																																	
ABR	m3	JUL	120 m3																																	
MAI	154 m3	AGO	94 m3																																	
Período de Análise:																																				

Autenticação Mecânica

DADOS DO USUÁRIO

8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL
FORTIM - PAUL HARRIS, 410

VENCIMENTO
25/08/2023

CÓDIGO DE BARRAS

82630000016 1 44940034202 7 30825008766 2 00003160680 9



Comprovante Consumidor

Referência: 2023/08

Nosso Número: 00003160680-4

Ligação: 8766

VALOR A PAGAR:
R\$ 1.644,94



DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS
SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Rua Moisés Vianna, 322 - Parque da Hidráulica - CEP: 97574-116
Telefone: (55) 3242-4440
E-mail: atendimento@dae.livramento.org
CNPJ: 96.041.330/0001-02
FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

Dados do Consumidor e Endereço para Entrega 8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS		Ligação 8766																													
		Contrato: CL006392/2020																													
		Referência: 2023/09																													
Dados da Unidade Consumidora FORTIM - PAUL HARRIS, 410		N. Número 0003172790-5																													
1x COM ESGOTO CAT 005		Emissão: 31/08/2023																													
<table><thead><tr><th>Parc.</th><th>Descrição</th><th>Valor</th><th>Desc.</th><th>Mul.</th><th>Juros</th><th>Correção</th></tr></thead><tbody><tr><td>2023/09</td><td>TARIFA BASICA</td><td>143,93</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>2023/09</td><td>CONSUMO M3</td><td>926,64</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>2023/09</td><td>ESGOTO</td><td>749,40</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></tbody></table>				Parc.	Descrição	Valor	Desc.	Mul.	Juros	Correção	2023/09	TARIFA BASICA	143,93					2023/09	CONSUMO M3	926,64					2023/09	ESGOTO	749,40				
Parc.	Descrição	Valor	Desc.	Mul.	Juros	Correção																									
2023/09	TARIFA BASICA	143,93																													
2023/09	CONSUMO M3	926,64																													
2023/09	ESGOTO	749,40																													
Nº Hidrômetro: E02N000150		Data Leitura Atual 31/08/2023	Vencimento 25/09/2023	VALOR A PAGAR 1.819,97																											
Leitura Anterior 11572		Leitura Atual 11674	Consumo 102	Média 12 Meses (m³) 0																											
Período de Consumo:																															
<table><thead><tr><th colspan="4">Consumos Anteriores</th></tr><tr><th>Mes</th><th>Consumo</th><th>Mes</th><th>Consumo</th></tr></thead><tbody><tr><td>ABR</td><td>m3</td><td>JUL</td><td>120 m3</td></tr><tr><td>MAI</td><td>m3</td><td>AGO</td><td>94 m3</td></tr><tr><td>JUN</td><td>179 m3</td><td>SET</td><td>102 m3</td></tr></tbody></table>				Consumos Anteriores				Mes	Consumo	Mes	Consumo	ABR	m3	JUL	120 m3	MAI	m3	AGO	94 m3	JUN	179 m3	SET	102 m3	Mensagem							
Consumos Anteriores																															
Mes	Consumo	Mes	Consumo																												
ABR	m3	JUL	120 m3																												
MAI	m3	AGO	94 m3																												
JUN	179 m3	SET	102 m3																												
Período de Análise:																															

Autenticação Mecânica	Comprovante Consumidor
DADOS DO USUÁRIO	Referência: 2023/09
8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS, 410	Nosso Número: 0003172790-5
	Ligação: 8766
VENCIMENTO 25/09/2023	VALOR A PAGAR: R\$ 1.819,97

CÓDIGO DE BARRAS

8261000018 9 19970034202 5 30925008766 0 0003172790 2



PARA RECLAMAÇÕES ANOTE A LEITURA DE SEU HIDRÔMETRO
(Somente os dígitos pretos)

DATA: ____/____/____

--	--	--	--

SIGNIFICADOS DOS PARÂMETROS DA QUALIDADE DA ÁGUA
DECRETO PRESIDENCIAL 8440/05

TURBIDEZ - INDICA A PRESENÇA DE PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO NA ÁGUA, CAUSANDO A PERDA DA TRANSPARÊNCIA.
VALOR MÁXIMO PERMITIDO: 5 NTU.

COR - INDICA A PRESENÇA DE SUBSTÂNCIAS DISSOLVIDAS NA ÁGUA. É UM PARÂMETRO DE ASPECTO ESTÉTICO DE ACEITAÇÃO OU REJEIÇÃO DO PRODUTO.
VALOR MÁXIMO PERMITIDO: 15 UC.

CLORO RESIDUAL LIVRE - INDICA A QUANTIDADE DE CLORO PRESENTE NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO, ADICIONADO NO PROCESSO DE DESINFECÇÃO DA ÁGUA.
VALOR MÁXIMO PERMITIDO: 0,2 a 2,0 mg/L.

COLIFORMES TOTAIS - INDICAM A PRESENÇA DE BACTÉRIAS NA ÁGUA E NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM PROBLEMAS PARA A SAÚDE.
VALOR MÁXIMO PERMITIDO: Ausência em 100 mL em 95% das amostras examinadas no mês.

ESCHERICHIA COLI - INDICAM A POSSIBILIDADE DE PRESENÇA DE ORGANISMOS CAUSADORES DE DOENÇA NA ÁGUA.
VALOR MÁXIMO PERMITIDO: Ausência em 100 mL das amostras examinadas no mês.

LAVE A CAIXA D'ÁGUA A CADA SEIS MESES E MANTENHA SEMPRE TAMPADA

O USUÁRIO SERÁ RESPONSABILIZADO POR:

- DANOS NO HIDRÔMETRO POR CONDIÇÃO ANORMAL DE USO
- VAZAMENTOS DENTRO DA ÁREA DO IMÓVEL
- ÁGUA DE CHUVA NA REDE INTERNA DE ESGOTO
- GASTOS EXCESSIVOS DE ÁGUA CONSIDERADOS DESPÉDICIOS

**CALÇADA SE VARRE COM VASSOURA,
NÃO COM MANGUEIRA
POUPE ÁGUA, ELA PODERÁ FALTAR!!!**

HIDRÔMETRO DE FÁCIL ACESSO. LEITURA MAIS PRECISA

GUIE DA SUA CONTA

- CONTA EM ATRASO. FORNECIMENTO SUJEITO A CORTE
- O PAGAMENTO DESTA CONTA NÃO CANCELA DÉBITOS ANTERIORES
- PAGUE SUAS CONTAS EM UM DOS PONTOS AUTORIZADOS



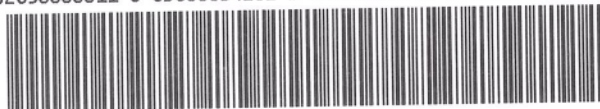
DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS
SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Rua Moisés Vianna, 322 - Parque da Hidráulica - CEP: 97574-116
Telefone: (55) 3242-4440
E-mail: atendimento@dae.livramento.org
CNPJ: 96.041.330/0001-02
FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

Dados do Consumidor e Endereço para Entrega 8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS		Ligação 8766				
		Contrato: CL006392/2020				
		Referência: 2023/10				
Dados da Unidade Consumidora FORTIM - PAUL HARRIS, 410		N. Número: 00003189311-2				
1x COM ESGOTO CAT 005		Emissão: 29/09/2023				
Parc.	Descrição	Valor	Desc.	Mul.	Juros	Correção
2023/10	TARIFA BASICA	143,93				
2023/10	CONSUMO M3	540,54				
2023/10	ESGOTO	479,13				
Nº Hidrômetro: E02N000150		Data Leitura Atual 29/09/2023	Vencimento 25/10/2023	VALOR A PAGAR 1.163,60		
Leitura Anterior 11674		Leitura Atual 11746	Consumo 72	Média 12 Meses (m³) 0		
Período de Consumo:						
Consumos Anteriores				Mensagem		
Mes	Consumo	Mes	Consumo			
MAI	m3	AGO	94 m3			
JUN	m3	SET	102 m3			
JUL	120 m3	OUT	72 m3			
Período de Análise:						

Autenticação Mecânica	Comprovante Consumidor
DADOS DO USUÁRIO 8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS, 410	Referência: 2023/10
	Nosso Número: 00003189311-2
	Ligação: 8766
VENCIMENTO 25/10/2023	VALOR A PAGAR: R\$ 1.163,60

CÓDIGO DE BARRAS

82690000011 6 63600034202 3 31025008766 8 00003189311 8





DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS
SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Rua Moisés Vianna, 322 - Parque da Hidráulica - CEP: 97574-116
Telefone: (55) 3242-4440
E-mail: atendimento@dae.livramento.org
CNPJ: 96.041.330/0001-02
FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

PARA RECLAMAÇÕES ANOTE A LEITURA DE SEU HIDRÔMETRO
(Somente os dígitos pretos)

DATA: ____/____/____

--	--	--	--	--

SIGNIFICADOS DOS PARÂMETROS DA QUALIDADE DA ÁGUA
DECRETO PRESIDENCIAL 5440/05

TURBIDEZ - INDICA A PRESENÇA DE PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO NA ÁGUA, CAUSANDO A PERDA DA TRANSPARÊNCIA.
VALOR MÁXIMO PERMITIDO: 5 NTU.

COR - INDICA A PRESENÇA DE SUBSTÂNCIAS DISSOLVIDA NA ÁGUA, É UM PARÂMETRO DE ASPECTO ESTÉTICO DE ACEITAÇÃO OU REJEIÇÃO DO PRODUTO.
VALOR MÁXIMO PERMITIDO: 15 UC.

CLORO RESIDUAL LIVRE - INDICA A QUANTIDADE DE CLORO PRESENTE NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO, ADICIONADO NO PROCESSO DE DESINFECÇÃO DA ÁGUA.
VALOR MÁXIMO PERMITIDO: 0,2 a 2,0 mg/L.

COLIFORMES TOTAIS - INDICAM A PRESENÇA DE BACTÉRIAS NA ÁGUA E NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM PROBLEMAS PARA A SAÚDE.
VALOR MÁXIMO PERMITIDO: Ausência em 100 mL em 95% das amostras examinadas no mês.

ESCHERICHIA COLI - INDICAM A POSSIBILIDADE DE PRESENÇA DE ORGANISMOS CAUSADORES DE DOENÇA NA ÁGUA.
VALOR MÁXIMO PERMITIDO: Ausência em 100 mL das amostras examinadas no mês.

LAVE A CAIXA D'ÁGUA A CADA SEIS MESES E MANTENHA SEMPRE TAMPADA

O USUÁRIO SERÁ RESPONSABILIZADO POR:

- DANOS NO HIDRÔMETRO POR CONDIÇÃO ANORMAL DE USO
- VAZAMENTOS DENTRO DA ÁREA DO IMÓVEL
- ÁGUA DE CHUVA NA REDE INTERNA DE ESGOTO
- GASTOS EXCESSIVOS DE ÁGUA CONSIDERADOS DESPERDÍCIOS

**CALÇADA SE VARRE COM VASSOURA,
NÃO COM MANGUEIRA
POUPE ÁGUA, ELA PODERÁ FALTAR!!!**

HIDRÔMETRO DE FÁCIL ACESSO, LEITURA MAIS PRECISA

CUIDE DA SUA CONTA

- CONTA EM ATRASO, FORNECIMENTO SUJEITO A CORTE
- O PAGAMENTO DESTA CONTA NÃO CANCELA DÉBITOS ANTERIORES
- PAGUE SUAS CONTAS EM UM DOS PONTOS AUTORIZADOS



DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS
SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Rua Moisés Vianna, 322 - Parque da Hidráulica - CEP: 97574-116
Telefone: (55) 3242-4440
E-mail: atendimento@dae.livramento.org
CNPJ: 96.041.330/0001-02
FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO



DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS
SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Rua Moisés Vianna, 322 - Parque da Hidráulica - CEP: 97574-116
Telefone: (55) 3242-4440
E-mail: atendimento@dae.livramento.org
CNPJ: 96.041.330/0001-02
FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

Dados do Consumidor e Endereço para Entrega 8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS		Ligação 8766				
		Contrato: CL006392/2020				
		Referência: 2023/11				
Dados da Unidade Consumidora FORTIM - PAUL HARRIS, 410		N. Número: 00003246287-0				
1x COM ESGOTO CAT 005		Emissão: 30/10/2023				
Parc.	Descrição	Valor	Desc.	Mul.	Juros	Correção
2023/11	TARIFA BASICA	143,93				
2023/11	CONSUMO M3	1.312,74				
2023/11	ESGOTO	1.019,67				
Nº Hidrômetro: E02N000150						
Data Leitura Atual: 30/10/2023						
Vencimento: 24/11/2023						
VALOR A PAGAR: 2.476,34						
Leitura Anterior: 11746						
Leitura Atual: 11878						
Consumo: 132						
Média 12 Meses (m³): 0						
Período de Consumo:						
Consumos Anteriores				Mensagem		
Mes	Consumo	Mes	Consumo			
JUN	m3	SET	102 m3			
JUL	m3	OUT	72 m3			
AGO	94 m3	NOV	132 m3			
Período de Análise:						

Autenticação Mecânica	Comprovante Consumidor
DADOS DO USUÁRIO	Referência:
8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL	2023/11
FORTIM - PAUL HARRIS, 410	Nosso Número:
	00003246287-0
	Ligação:
	8766
VENCIMENTO	VALOR A PAGAR:
24/11/2023	R\$ 2.476,34

CÓDIGO DE BARRAS

82650000024 3 76340034202 1 31124008766 9 00003246287 1



Documento Digitalizado Público

FATURA DE ÁGUA - MÊS OUTUBRO

Assunto: FATURA DE ÁGUA - MÊS OUTUBRO
Assinado por: Luis Cunha
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Luis Felipe Costa Cunha, COORDENADOR(A) - FG2 - SL-COAP, em 30/10/2023 10:49:21.

Este documento foi armazenado no SUAP em 30/10/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 597986
Código de Autenticação: c3d13934bf





DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS
SANTANA DO LIVRAMENTO
Rua Moisés Vianna, 322 - Parque da Hidráulica - CEP: 97574-116
Telefone: (55) 3242-4440
E-mail: atendimento@dae.livramento.org
CNPJ: 96.041.330/0001-02
FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

Dados do Consumidor e Endereço para Entrega 8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS		Ligação 8766				
Dados da Unidade Consumidora FORTIM - PAUL HARRIS, 410		Contrato: CL006392/2020				
1x COM ESGOTO CAT 005		Referência: 2023/12				
		N. Número: 00003277717-4				
		Emissão: 05/12/2023				
Parc.	Descrição	Valor	Desc.	Mul.	Juros	Correção
2023/12	TARIFA BASICA	143,93				
2023/12	CONSUMO M3	2.226,51				
2023/12	ESGOTO	1.659,31				
Nº Hidrômetro: E02N000150		Data Leitura Atual 05/12/2023	Vencimento 26/12/2023	VALOR A PAGAR 4.029,75		
Leitura Anterior 11878		Leitura Atual 12081	Consumo 203	Média 12 Meses (m³) 0		
Período de Consumo:						
Consumos Anteriores				Mensagem		
Mes	Consumo	Mes	Consumo			
JUL	m3	OUT	72 m3			
AGO	m3	NOV	132 m3			
SET	102 m3	DEZ	203 m3			
Período de Análise:						

Autenticação Mecânica		Comprovante Consumidor	
DADOS DO USUÁRIO 8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS, 410		Referência: 2023/12	
		Nosso Número: 00003277717-4	
		Ligação: 8766	
VENCIMENTO 26/12/2023		VALOR A PAGAR: R\$ 4.029,75	





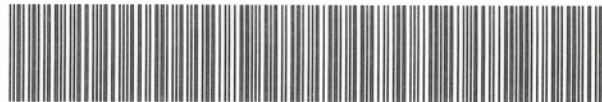
DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS
SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Rua Moisés Vianna, 322 - Parque da Hidráulica - CEP: 97574-116
Telefone: (55) 3242-4440
E-mail: atendimento@dae.livramento.org
CNPJ: 96.041.330/0001-02
FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

Dados do Consumidor e Endereço para Entrega 8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS		Ligação 8766				
		Contrato: CL006392/2020				
		Referência: 2024/01				
Dados da Unidade Consumidora FORTIM - PAUL HARRIS, 410		N. Número 00003302880-2				
1x COM ESGOTO CAT 005		Emissão: 29/12/2023				
Parc.	Descrição	Valor	Desc.	Mul.	Juros	Correção
2024/01	TARIFA BASICA	143,93				
2024/01	CONSUMO M3	257,40				
2024/01	ESGOTO	280,93				
Nº Hidrômetro: E02N000150		Data Leitura Atual 29/12/2023		Vencimento 25/01/2024		VALOR A PAGAR 682,26
Leitura Anterior 12081		Leitura Atual 12131		Consumo 50		Média 12 Meses (m³) 0
Período de Consumo:						
Consumos Anteriores				Mensagem		
Mes	Consumo	Mes	Consumo			
AGO	m3	NOV	132 m3			
SET	m3	DEZ	203 m3			
OUT	72 m3	JAN	50 m3			
Período de Análise:						

Autenticação Mecânica		Comprovante Consumidor	
DADOS DO USUÁRIO		Referência: 2024/01	
8766 - INSTITUTO FEDERAL SUL FORTIM - PAUL HARRIS, 410		Nosso Número 00003302880-2	
		Ligação: 8766	
VENCIMENTO 25/01/2024		VALOR A PAGAR R\$ 682,26	

CÓDIGO DE BARRAS

82620000006 3 82260034202 3 40125008766 5 00003302880 4



Documento Digitalizado Público

FATURA ÁGUA CONSUMO DEZEMBRO/2023

Assunto: FATURA ÁGUA CONSUMO DEZEMBRO/2023
Assinado por: Luis Cunha
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Luis Felipe Costa Cunha, COORDENADOR(A) - FG2 - SL-COAP, em 29/12/2023 11:33:47.

Este documento foi armazenado no SUAP em 29/12/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 630956
Código de Autenticação: a56285c5a9



Documento Digitalizado Público

Termo de Referencia nº 17/2024 - Contratação de serviço público de abastecimento de água e coleta de esgoto para o IFSul Câmpus Santana do Livramento

Assunto: Termo de Referencia nº 17/2024 - Contratação de serviço público de abastecimento de água e coleta de esgoto para o IFSul Câmpus Santana do Livramento
Assinado por: Ana Albano
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ Ana Paula Vaz Albano, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD4 - SL-DEAP, em 20/08/2024 15:57:33.

Este documento foi armazenado no SUAP em 20/08/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 727021
Código de Autenticação: 031ec408a1



Ato que autoriza a Contratação Direta nº 9/2024

Última atualização 23/08/2024

Local: Sant'Ana do Livramento/RS **Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - RS

Unidade compradora: 154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, I **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de Disputa: Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 23/08/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 10729992000146-1-000127/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:


Contratação de serviço público de abastecimento de água e coleta de esgoto

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00

- Itens
- Arquivos
- Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário Fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00	

< Voltar




Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.economia.gov.br>

 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.